



E O DESENVOLVIMENTO COM EQUIDADE DE GÊNERO



Introdução

Graciela Rodriguez¹

O presente texto foi elaborado com o objetivo de situar o debate sobre os desafios atuais para o enfrentamento às desigualdades de gênero nos BRICS, à luz da ação que se começa a desenvolver a partir do chamado Novo Banco de Desenvolvimento, o Banco dos BRICS. Para isso, o texto parte de uma análise sobre a reconfiguração geopolítica em que se insere a atuação do bloco. Em primeiro lugar, localizaremos mudanças importantes na ordem que se pretendia tornar multipolar com a criação dos BRICS e, sobretudo, em relação ao papel que a China vem desempenhando no mundo.

Posteriormente será discutido brevemente o papel do Brasil, em um contexto de profundas mudanças na orientação de sua política externa.

A segunda parte do texto volta-se para um apanhado rápido sobre o histórico do processo de participação das mulheres nos espaços dos BRICS, situando a Cúpula de Fortaleza, em 2014, como um marco inicial importante para a construção da agenda feminista no âmbito do bloco.

Na linha do tempo, chega-se à recente oportunidade e necessidade de criação do Observatório Feminista dos BRICS, que no momento atual se mobiliza para contribuir e influenciar a ação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS do ponto de vista das questões de gênero, tanto em suas políticas internas quanto em relação às suas operações e critérios para aprovação de projetos.

Discutiremos então a importância do NBD, tecendo, por fim, questões e propostas para que se torne de fato uma nova instituição financeira internacional comprometida com a redução das desigual-

¹ Graciela Rodriguez é coordenadora do Instituto Equit, membro da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras e da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

dades no Sul global e a promoção do desenvolvimento sustentável, incluindo as mulheres como sujeitos de direitos em todos os países em que ele atuar.

Os BRICS: estratégia de integração à globalização ou de promoção da ordem multipolar?

Nas últimas décadas, o processo de globalização econômico-financeira tem se expandido forte e velozmente. Diante da quase inquestionável hegemonia dos EUA nos anos 1980, e também na década de 90, que presenciou a simbólica queda do Muro de Berlim, o mundo viu crescer progressivamente o multilateralismo na arena global. No âmbito internacional, essa nova perspectiva multipolar se expressou claramente através das novas disputas em torno da reconfiguração da geopolítica global.

Foi nesse novo contexto de pluralidade de atores políticos que em 2006 os interesses de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul convergiram para formar o bloco dos países BRICS. Por seu peso econômico, e pelo tamanho de suas reservas monetárias, os BRICS viram aumentar rapidamente seu poder de barganha e seu papel nas definições da arquitetura financeira global. Além disso, como os BRICS assumiram uma posição de crítica ao sistema financeiro internacional e à recomposição geoestratégica global, o bloco foi se fortalecendo.

Entretanto, e posteriormente à crise econômico-financeira de 2008/9, a agenda neoliberal voltou a mostrar o peso de sua força expansiva, como também da paulatina ampliação do seu domínio econômico e controle político.

Assim, no cenário de pluralidade de potências que os BRICS permitiram emergir, vimos se desenhar e avançar de 2012 para cá uma nova disputa hegemônica global, agora determinada pelo tamanho e presença econômica crescente da China, que vem mostrando uma expansão internacional prodigiosamente acelerada.



Fonte: Economist.com

Os BRICS, que cumpriram um importante papel de suporte conjunto, para suavizar ao tempo que fortalecer a presença chinesa nas disputas multilaterais, têm visto essa mesma presença rapidamente extrapolar o bloco, destacando-se dele e se mostrando com bastante frequência no chamado G2 – EUA e China.

De alguma forma, a competição pela posição de maior economia do mundo – que atualmente disputam esses dois gigantes – tem dado holofotes e peso político a esse enfrentamento, que se viu fortalecido recentemente com o triunfo de Trump nos EUA, seu discurso protecionista e seu tom beligerante.

De fato, as duas economias vêm avolumando na última década uma contenda de contornos dramáticos para o conjunto do planeta. Os EUA, exacerbando seu espírito belicista no controle de amplos territórios, especialmente no Oriente Médio, onde busca manter sua posição dominante; e a China ampliando de forma vertiginosa a presença de seus investimentos na região de Ásia- Pacífico, na África e, mais recentemente, na América Latina.

De fato, desde o início do século, a China vem ampliando os investimentos além de suas fronteiras, inicialmente nos países limítrofes,

depois no sudeste asiático e na região do Pacífico, para posteriormente começar uma forte presença em território africano. A partir de 2013, o governo chinês segue rumos mais ambiciosos, lançando a iniciativa chamada “Nova Rota da Seda”², para recentemente, em maio de 2017, o presidente Xi Jinping relançar esse ambicioso projeto que inicialmente recria as antigas rotas que na Idade Média percorriam diversas regiões da Ásia até Europa, não com “ânimo de conquista e sim de promover o comércio e a prosperidade”, como enfatizou em seu discurso o presidente.

Trata-se de uma proposta de investimento chinês bilionário que irá centrar seus desembolsos nas áreas de infraestrutura, transporte, telecomunicações, dentre outras, além de incluir um programa de ajuda aos países que participam da Rota – que, por sua vez, se estende por mais de 60 países e envolve 2/3 da população global. Se concretizar o projeto, esta será uma iniciativa sem precedentes de expansão da economia chinesa entre 2017 e 2030, com investimentos que estão calculados em mais de 27 trilhões de dólares, o que seria o equivalente a 30 vezes o Plano Marshall, que recuperou a Europa depois da Segunda Guerra Mundial.

Embora na implementação dessa iniciativa os BRICS aparentemente tenham pouco a ver do ponto de vista estratégico e político, o NDB – Novo Banco de Desenvolvimento, criado em 2014 no âmbito dos BRICS, já está cumprindo um importante papel – relativamente ao seu tamanho – no financiamento da infraestrutura e energia, inicialmente nos próprios países BRICS, mas em breve ampliando sua área de influência para outros países, especialmente da África e América Latina.

Por sua vez, do outro lado na disputa global, a economia norte-americana, que logrou sobrevida em seu papel hegemônico através da promoção da globalização financeira lançada na década de 1980, quando a economia dos EUA começava a mostrar sinais de problemas para se manter como centro hegemônico global, vem também

² <https://www.economist.com/news/china/21701505-chinas-foreign-policy-could-reshape-good-part-world-economy-our-bulldozers-our-rules>

buscando se reposicionar. O esforço da era dos governos democratas para manter o papel de centro dinâmico da economia mundial através do avanço tecnológico promovido pelas empresas de alta tecnologia de eletrônica e informática oriundas do Vale do Silício pode vir a sofrer algum atraso ou vivenciar contradições com o anunciado protecionismo da era Trump. A fervura desta disputa está alta, incentivada inclusive por denúncias de apoio da Rússia à campanha do exótico presidente americano, envolvida na opacidade de notícias sobre tráfico de influências e negócios com bilionários russos surgidos das cinzas sujas do desabamento do Estado soviético na década de 1990. Tudo isto, que parece anedótico, talvez acabe sendo relevante na hora de entender os rumos da geopolítica internacional e da disputa pela hegemonia da economia mundial.

O enfrentamento pelo controle econômico do mundo está moldando a nova cara da geopolítica global e refazendo o que pode ter sido uma curta transição de perspectiva multilateralista para uma reconfiguração tradicionalmente hegemônica por quem ganhar esse duelo de titãs. Isso que pode significar a retomada do posicionamento proeminente dos EUA, também pode resultar numa virada de página nesse controle hegemônico. O jogo está em aberto. Qual será o papel que podem vir a cumprir os BRICS?

Desenho inicial do bloco BRICS e novo momento político global

Nesse sentido, o papel dos BRICS e, especialmente, do Banco criado pelos BRICS, desenhado em outro momento político, pode assumir novos significados.

As diretrizes políticas e econômicas dos BRICS ainda não estão claramente definidas no novo momento e por isso também vêm sendo objeto de muita controvérsia, não apenas por parte dos governos dos países-membros, mas também pelos interesses das corporações internacionais e crescentemente pelas entidades da sociedade civil. Inclusive porque a crise global também chegou aos países BRICS e,

por isso, o ritmo das suas taxas de crescimento também diminuiu, como nos países mais desenvolvidos.

Várias foram as razões que promoveram essas importantes mudanças na arena global. No caso do novo governo brasileiro, surgido do golpe institucional e que tinha optado por recuperar o tradicional alinhamento brasileiro com os EUA depois da derrota de Hilary Clinton, irá mostrar sua frustração por ter que abandonar essa perspectiva de retomada e de participação na assinatura dos acordos comerciais e da lógica geral liberalizante, que agora navega na incerteza global que se instalou com o novo ocupante da Casa Branca. Começa assim a situar uma nova política externa que se distancia com a do governo anterior em um cenário que decididamente não esperava. Em relação aos BRICS, encontra-se com a situação de participar num bloco que não teria promovido e do qual não gostaria de fazer parte e, ao mesmo tempo, ser um dos membros fundadores do Banco dos BRICS, que está desenvolvendo neste momento condições concretas de investimento no Brasil.

Ao mesmo tempo, a evolução do investimento chinês no Brasil vem praticamente dobrando de ano a ano, e a China encabeça no momento o ranking de aquisições de empresas brasileiras, sendo que neste tipo de transações está à frente dos EUA, que mostrou um decréscimo de 13,2% no ano de 2016 em relação ao ano anterior. Assim, o papel do Banco dos BRICS torna-se altamente relevante no que se refere ao aproveitamento dessa presença do investimento chinês, e até de certa possibilidade de direcionamento desses investimentos.

Entretanto, o rumo do desenvolvimento brasileiro nos próximos anos estará possivelmente muito atrelado tanto a esta maciça entrada de capitais chineses como também ao rumo das disputas globais.

Justamente, o golpe institucional vivido atualmente pelo Brasil é em grande medida motivado por razões externas e está já mostrando a retomada de um desenvolvimento dependente, que parecia estar no caminho de ser abandonado. Agora, pelo contrário, toda a lógica das mudanças legislativas e executivas promovidas pelo atual governo ilegítimo está direcionada à retomada de um crescimento ligado a manter o fluxo de exportação de recursos naturais e matérias-

-primas e à desindustrialização de importantes setores, ao gosto dos interesses do capital transnacional e mais recentemente na perspectiva de depender dos interesses dos maciços investimentos chineses. Isso sem esquecer de mencionar os impactos que poderá trazer no emprego e no retorno à convivência com altas taxas de desigualdade, ao estilo do padrão do tradicional modelo agroexportador brasileiro.

Por sua vez, tal e como programados inicialmente, os BRICS poderiam ter jogado um papel importante para os rumos do processo de desenvolvimento brasileiro ligados a uma estratégia de desenvolvimento nacional ou regional, ou ao menos de controle ou mínimo direcionamento dos empréstimos do Banco e da entrada chinesa na região. Porém, dados os novos rumos do governo no Brasil, o NDB – Novo Banco de Desenvolvimento – certamente irá afiançar a vocação rentista do agronegócio exportador brasileiro.

As possibilidades então de atuação do NDB se veem agora reduzidas ao pragmatismo político do atual governo, que, diante da impossibilidade de interromper o acordo internacional assumido com os países BRICS, que acabou criando o banco, buscará aproveitar as vantagens de investimento que a instituição financeira poderá trazer.

Por isso, resulta um tanto extemporâneo tentar o esforço de pensar sobre as possibilidades genuínas do desenvolvimento brasileiro neste momento, e como o Banco dos BRICS poderia contribuir ao mesmo.

Podemos, sim, pensar nos impactos que o financiamento do NDB promoverá e que serão muito determinados pelos interesses, sobretudo dos investimentos chineses, mas também russos e indianos. Assim, a incidência sobre o próprio Banco, e as regras para sua governança, a transparência da sua atuação e o direcionamento dos empréstimos tornam-se importantes questões a serem acompanhadas pela sociedade civil, em relação inversa às dificuldades no âmbito nacional brasileiro.

As regras e salvaguardas em torno dos impactos sociais, ambientais, trabalhistas, de emprego, de gênero e outros precisam ser profundamente debatidas na sociedade civil, a fim de buscar influenciar

o Banco nos momentos iniciais do seu funcionamento, que já tem começado com muito escassa participação social.

Apresentamos aqui esta pequena síntese sobre a situação dos BRICS, o processo de criação do NDB e os desafios que ele nos apresenta, como marco geral de análise, porque nos interessa debater as desigualdades de gênero nos países BRICS e as possibilidades e perspectivas para sua superação. Tais desigualdades, que se expressam com força inegável em todos eles, são parte estruturante dos modelos produtivos vigentes nos países do bloco. Assim, toda a política de financiamento da “infraestrutura para o desenvolvimento sustentável” preconizado pelo NDB terá que reconhecer a importância de vencer as profundas desigualdades de gênero existentes nos países BRICS como condição para caminhar na perspectiva da sustentabilidade.

As desigualdades de gênero nos países BRICS

Nas últimas décadas, o papel das mulheres no mundo e, em particular, nos países do chamado Sul Global, vem mudando de forma significativa, especialmente em relação à sua inserção crescente no mundo do trabalho e nos espaços de poder.

O avanço da industrialização, em particular com a ampliação inicial da globalização, transformou a estrutura produtiva e “deu continuidade ao processo de urbanização, elementos que, junto à queda das taxas de fecundidade que vem sendo observada também em países menos desenvolvidos, proporcionaram um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. A sociedade urbano-industrial provocou uma mudança em todas as classes sociais, no mundo todo”³.

No entanto, as mulheres em sua maioria não quebraram a interdependência entre vida familiar e vida do trabalho e, assim, a invisibilidade do trabalho feminino doméstico se mantém, como também

³ Pereira de Melo, Hildete. “A construção da igualdade no Brasil” em “Desenvolvimento e Gênero no Sul Global” – Instituto EQUIT. 2015.

as desigualdades que qualificam sua inserção produtiva. As mulheres de todo o mundo são confrontadas por problemas comuns, como a violência doméstica e sexual, a falta de garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, as desigualdades na remuneração entre homens e mulheres, a maior presença feminina na informalidade, dentre outras formas que assumem as desigualdades e em particular as discriminações de gênero nas sociedades patriarcais. Tais problemáticas estão presentes com força nos países BRICS, que não fogem dessa realidade e, pelo contrário, apresentam dados que revelam profundas desigualdades de gênero.

Desenvolvimento no Sul global e equidade de gênero

Diante dessa realidade, tentaremos a análise levando em consideração especialmente dois aspectos que sabemos que contribuem fortemente para explicar as desigualdades entre homens e mulheres: o trabalho doméstico invisibilizado e a inserção desigual no mercado de trabalho. Estes com certeza não são os únicos aspectos a considerar para se entender a situação das desigualdades de gênero nos países BRICS, porém, inicialmente consideraremos eles e, no decorrer do processo de aprofundar o entendimento dessas desigualdades, certamente encontraremos os aspectos culturais, educativos e de qualificação profissional, de situação das violências de gênero, de implementação de direitos e outros, que impactam de forma negativa e sinérgica a consecução de maior igualdade entre homens e mulheres.

Sabemos que um enfoque bidirecional, como referido por Nancy Fraser, reconhece a existência de vínculos entre os âmbitos econômicos e os da representação cultural, já que no caso das desigualdades entre homens e mulheres não é possível conceber as assimetrias sociais e econômicas sem relações causais com a forma em que são construídos os padrões sociais de representação.

Analisando as economias do ponto de vista do trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres, constatamos que a sua

invisibilidade significou que esse tipo de atividade ficasse de fora daquilo que é considerado produtivo economicamente e, conseqüentemente, fora das propostas de políticas e modelos de desenvolvimento.

Por esse motivo, os estudos feministas têm elaborado um arcabouço para análise conhecido como “economia do cuidado”, que dará conta de dois tipos de trabalho: o que é realizado dentro dos lares de forma não remunerada; e o daquelas atividades de cuidado com a vida cotidiana, mas que passam pelo mercado (no setor público ou privado) como atividades remuneradas. Ambos os trabalhos são fundamentais para o bem-estar das pessoas e são indispensáveis para o desenvolvimento econômico; por esses motivos, iremos considerá-los ao enfrentar a problemática do desenvolvimento nos países BRICS.

De outro lado, a inserção das mulheres no mercado de trabalho corresponde a outro importante aspecto do desenvolvimento dos países, especialmente nas últimas décadas e nos países do chamado Sul global.

“É importante salientar que de fato todas as grandes performances produtivas realizadas nas últimas décadas no mundo globalizado aconteceram devido à incorporação maciça das mulheres ao mercado de trabalho, o que ajudou a diminuir de modo geral as taxas salariais globais nas últimas décadas.

Dentro dessa perspectiva, e justamente por sua condição desigual nas sociedades, as mulheres pobres têm enfrentado com enormes dificuldades os processos de globalização e de liberalização econômica. E, por isso, em muitos países, entre eles nos BRICS, elas estão entre os principais ‘perdedores’, sendo possível afirmar que as desigualdades que marcam a relação entre homens e mulheres foram um fator importante e funcional para possibilitar essa queda salarial. [...] Foi justamente nos países em desenvolvimento que essa estratégia de ampliação da produção capitalista com base em novas formas de incorporação e exploração de grandes contingentes de mão de obra, em particular das mulheres, teve sua maior expansão”⁴.

⁴ Rodriguez, G. “As mulheres, o desenvolvimento e os BRICS” em “Desenvolvimento e gênero no Sul Global”. I. EQUIT. Rio de Janeiro. 2015.

Outro importante elemento de constatação das desigualdades de gênero das nossas sociedades encontra-se nas brechas salariais entre homens e mulheres ainda presentes em todos os países BRICS, com taxas em torno de 60-70% nos salários de mulheres e homens, com uma ênfase ainda maior no caso de Índia e Brasil – ambos com forte peso da participação feminina no setor informal.

Desse modo, a inserção produtiva das mulheres nos países menos desenvolvidos, e em particular nos países BRICS, continua mostrando as profundas desigualdades de gênero que precisam ser encaradas na hora de debater a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico. Assim, a situação das mulheres no mercado de trabalho e as políticas de emprego serão outro foco para nosso debate sobre o desenvolvimento com sustentabilidade nos BRICS.

Reconhecendo essas duas problemáticas comuns aos membros, consideramos que o âmbito dos BRICS – países que se mostram importantes na disputa pelos rumos do desenvolvimento do Sul global – nos oferece uma oportunidade para desenvolver os debates sobre as desigualdades, ao mesmo tempo em que pode nos ajudar a fortalecer a sociedade civil de tais países para o enfrentamento de mazelas sociais.

Breve histórico da participação das mulheres no processo BRICS:

Desde a aparição dos BRICS e os debates em torno do seu papel contra-hegemônico – ou ao menos de contraponto ao sistema unilateral de poder mundial –, acreditamos que seria essencial disputar os rumos políticos e econômicos do bloco e, para isso, entendemos muito inicialmente que seria necessária a articulação da sociedade civil de tais países, e, em nosso caso, dos movimentos de mulheres e movimentos feministas dos países BRICS. Especialmente para contribuir na construção de um processo de articulação focado na crítica à atual divisão internacional do trabalho, ao modelo de desenvolvimento dos países BRICS e outros do Sul global, e sobre as estratégias de cooperação Sul/Sul.

Desde o início da realização das Cúpulas de Chefes de Estado acompanhamos os debates e as definições, muito baseadas na experiência colhida no Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul)⁵, que desde 2005 vinha formando uma institucionalidade crescente e que tinha criado um Grupo de Trabalho de Mulheres, que permitiu viabilizar diversos encontros, processos e debates enriquecedores entre sociedade civil e governos.

Assim, quando teve início o processo de reuniões dos BRICS, estivemos alerta ao acompanhamento e à oportunidade que o mesmo nos abria de conhecer, debater e articular com mulheres de tais países, pela importância política que os “emergentes” foram tomando no âmbito internacional.

Por esses motivos, quando da ocasião da VI Cúpula dos Países BRICS, realizada na cidade de Fortaleza, Brasil (14 a 16 de julho de 2014), os movimentos sociais do Brasil organizaram um encontro da sociedade civil dos países BRICS.

Aproveitando o ensejo, e no marco desse Encontro, o Instituto EQUIT em parceria com a AMB realizaram também em Fortaleza o **I Fórum de Mulheres dos países BRICS**, no dia 15 de Julho⁶.

O objetivo foi contribuir para a articulação dos movimentos de mulheres organizados dos países BRICS e das organizações e redes feministas de outros países, especialmente da América Latina. Ali discutimos perspectivas futuras de atuação, que poderiam incluir a incidência sobre os governos e sobre a lógica da cooperação Sul/Sul. O espaço teve como objetivo debater a perspectiva dos direitos das mulheres e das desigualdades sociais e de gênero que permeiam as realidades dos cinco países, que apesar de suas singularidades culturais e políticas, compartilham vários dos temas de importância crucial para a garantia dos direitos das mulheres.

No Brasil, este esforço de articulação tem base organizativa na AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, uma rede nacional feminista, antirracista e anticapitalista. Para receber o Fórum de Mulhe-

⁵ <http://www.equit.org.br/novo/?p=405>

⁶ <http://www.equit.org.br/novo/?p=1424>



res, a AMB mobilizou sua militância e, para facilitar sua participação em Fortaleza, organizou uma Casa Feminista, que foi um espaço de alojamento e convivência, de formação política feminista, de articulação internacional e de organização da manifestação pública das mulheres organizadas em conjunto com os demais movimentos sociais.

Com a presença de mais de 130 mulheres brasileiras vindas de todo o país, e com aproximadamente 25 participantes dos demais países integrantes dos BRICS, realizamos este I Fórum de Mulheres dos Países BRICS. Assim, no Marco do “Diálogo sobre Desenvolvimento na perspectiva dos Povos” organizado pelos movimentos sociais, foi realizado o I Fórum de Mulheres. Nele foram debatidos os impactos que o modelo de desenvolvimento dos países do BRICS (e de modo geral os países do Sul global) vem gerando nas vidas das mulheres: pobreza, desigualdades, entre elas as de gênero, e também enorme concentração da riqueza. As lutas e resistências na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, o combate à violência de gênero, o acesso aos serviços públicos, a justiça socioambiental e as políticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas,

dentre outras, todas questões que impactam de modo especial as mulheres no Sul, foram debatidas e priorizadas buscando gerar convergências de ação. O objetivo foi construir inicialmente uma agenda comum de propostas na perspectiva feminista para incidir sobre os governos dos países e sobre o bloco em seu conjunto.

O Fórum foi uma das atividades do evento paralelo da sociedade civil e aprovou um chamado às organizações de mulheres e feministas do Brasil e dos países BRICS para dar continuidade a este início de articulação que começou em Fortaleza, de modo a disputar o sentido e o destino do bloco, que precisa necessariamente incluir as mulheres para construir a justiça social e um desenvolvimento com sustentabilidade.

Na agenda do Fórum de Mulheres dos BRICS, foram incluídos diversos temas para debate sobre a luta por direitos das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, desigualdades e concentração de renda, justiça socioambiental, políticas rurais e soberania alimentar, economia dos cuidados e migrações, dentre outros. Porém, em termos de Agenda comum para seguimento posterior, foram delineadas algumas ideias acerca da necessidade de aprofundarmos o debate sobre as estratégias de desenvolvimento dos BRICS, que devem incluir políticas públicas de “cuidados” como forma de enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas e de gênero.

Nesse sentido, no momento do primeiro Fórum de Mulheres consideramos que o Banco dos BRICS – justamente surgido formalmente da Cúpula de Fortaleza – poderia cumprir um papel-chave no debate sobre os conceitos e os rumos concretos do desenvolvimento dos países do Sul, acometidos por problemáticas comuns que ligam pobreza e injustiças sociais, ambientais e de gênero de forma notória.

O NDB e as definições de infraestrutura e de sustentabilidade:

Também alertamos nessa ocasião que “o Banco dos BRICS deveria atentar para os aspectos de uma infraestrutura social e comunitária na perspectiva do chamado desenvolvimento sustentável que prio-

Banco dos Brics.

Brasil pediu a separação entre presidência e conselho

De acordo com o embaixador Carlos Cozende, “as peças do tabuleiro” foram mexidas para assegurar um equilíbrio na composição do Banco dos Brics



rize o acesso à água potável, saneamento básico, saúde preventiva, educação pré-escolar, impactos das mudanças climáticas etc., enfim, as políticas do cuidado que devem ser assumidas socialmente, superando a atual divisão sexual do trabalho e a superexploração do trabalho das mulheres que dela decorre”.⁷

O olhar das mulheres contribui ao trazer para o Banco a necessidade de entender a infraestrutura do ponto de vista do conjunto de necessidades sociais, como bases físicas para a implementação de serviços públicos essenciais, imprescindíveis para a superação

⁷ <http://www.cartacapital.com.br/economia/as-mulheres-o-desenvolvimento-sustentavel-e-os-brics-2820.html>

da pobreza e para o alcance dos compromissos dos governos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Só a inclusão da perspectiva da economia feminista pode dar início a um novo entendimento sobre a infraestrutura social, e, caso ela não seja incorporada, veremos, como sempre, a tradicional visão de infraestrutura de negócios que só propõe a implantação de megaprojetos, portos, estradas, aeroportos etc. que geralmente provocam conflitos sociais, impactos ambientais e destruição para os territórios, para as populações e, em particular, para as mulheres.

A disputa pelo conceito de sustentabilidade traz também desafios enormes, e igualmente a construção do entendimento sobre o desenvolvimento, já que este tem se expressado em muitas ocasiões nos países do Sul global com trágicos impactos. Assim, com certeza uma parte importante do processo de incidência no NDB deveria buscar qualificar o conceito em relação à intervenção do banco no financiamento do desenvolvimento.

Desta forma, trata-se não somente de um olhar de gênero sobre os critérios que guiam os financiamentos do Banco para a prevenção dos efeitos indesejados, como da própria visão que se busque alentar e também o desenvolvimento de indicadores para o monitoramento dos impactos positivos ou negativos sobre as desigualdades de gênero.

Esse foi um primeiro debate, o lançamento das ideias iniciais para pensarmos os BRICS e as questões de gênero de forma conjunta.

A oportunidade do BFW - BRICS Feminist Watch

As Cúpulas posteriores, na Rússia e na China, não permitiram a continuidade do Fórum, pelas dificuldades de organizar expressões públicas nesses países. Por isso, o chamado a uma reunião no Rio de Janeiro para pensar e desenhar um BRICS *Feminist Watch* em setembro de 2016 se transformou numa nova oportunidade que nos desafiou a juntar esforços na consecução de propostas comuns às mulheres dos países BRICS.

Assim, em Março de 2017, nos reunimos para dar os primeiros

passos de planejamento das estratégias do BRICS *Feminist Watch*, e nesse momento foi possível construir um esboço com as principais temáticas que a articulação poderia assumir no caminho de ir consolidando informações, pesquisas, ações concretas e desafios a vencer para o enfrentamento das graves desigualdades de gênero que sofrem os países BRICS.

Estamos agora no momento de construir os espaços nacionais de articulação e as propostas possíveis, no caso do Brasil, junto a entidades e organizações ligadas aos movimentos de mulheres e feministas no país. Já temos acúmulo para tanto, mas, ao mesmo tempo, trata-se de um desafio novo.

O NDB - Novo Banco de Desenvolvimento e o financiamento da igualdade de gênero

Já definimos que o Banco dos BRICS será num primeiro momento foco de nossa atuação, buscando encontrar os caminhos para influenciar sua normativa, ainda que em estágio bem inicial.

No Brasil os empréstimos do NDB serão gerenciados pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e, neste sentido, o BNDES deverá ser importante pela definição de critérios de direcionamento dos investimentos e dos estudos prévios e a avaliação de impactos, apesar das implicações a cada dia maiores das mudanças internas no caráter já não só público, mas também de captador de recursos privados para sua atuação.

Ao mesmo tempo, o BNDES tem dado pouca relevância à sua política de gênero em termos dos financiamentos, nem dos critérios de outorga dos empréstimos e tampouco dos seus impactos, e diríamos quase que somente tem tido uma preocupação com a política de diversidade dos recursos humanos, de incorporação de mulheres no seu quadro funcional. Nesse sentido, também o NDB até o momento não menciona a preocupação com a incorporação da perspectiva das desigualdades de gênero, que ultrapassem a simples incorporação de mulheres entre os funcionários, mas que pense a infraestrutura e a sustentabilidade que contribuam para um futuro de justiça de gênero.

Precisamos agora desenvolver mais a compreensão sobre o papel do Banco e das possibilidades para sua atuação no financiamento “da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável” (como o próprio banco define em seus objetivos).

Para além de questões que preocupam o conjunto dos movimentos sociais e que incluem aspectos como transparência e acesso a informações, critérios e determinantes para os financiamentos, fontes de recursos do Banco, salvaguardas socioambientais, saúde financeira da instituição, dentre outros, que também devem formar parte do escopo da atenção dos movimentos de mulheres dos países BRICS, temos aspectos específicos que deverão ser detalhados e estruturados de forma específica como propostas.

Assim, devemos nos perguntar: Como essa infraestrutura impactará nas mulheres? Como o Banco pensa o desenvolvimento sustentável? Isso significa a incorporação da perspectiva de gênero? Como avançar, nesse sentido, na definição do conceito de sustentabilidade?

Quais seriam os impactos de financiamentos que não contemplem o gênero dentre as variáveis a serem consideradas? Quais os impactos sobre a Agenda 2030 e o cumprimento do objetivo da igualdade de gênero (objetivo 5)? Quais as responsabilidades do NDB em relação a esse alcance ou não das Metas dos MDS – agenda que deve guiar a ação internacional para superação das desigualdades de gênero num mundo mais justo e equilibrado?

De que maneira podemos contribuir a pensar um desenvolvimento que trace caminhos para a incorporação mais efetiva das problemáticas das mulheres e a superação das desigualdades?

Sabemos que as soluções não podem ser somente técnicas, mas sim sociais, como tem sido apontado pela ONU Mulheres, baseada em dados do último informe (2017) de seguimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030. Assim, o NDB precisa fundar suas decisões em perspectivas amplas, que fortaleçam visões de atuação e especialmente de prevenção das desigualdades, que incluam aspectos culturais, e não só econômicos.

Por sua vez, de que formas o Banco poderia auxiliar os países na implementação de políticas públicas de gênero, de enfrentamento

à violência contra as mulheres – problema gravíssimo em todos os países do bloco – ou para a aplicação de sistemas nacionais de cuidados que permitam aos países BRICS avançarem na superação das desigualdades de acesso ao mercado de trabalho das mulheres? ⁸

Já no financiamento de projetos, como criar mecanismos no Banco para prevenir as muitas violações dos direitos das mulheres que, em inúmeros casos, provocam as empresas?

Como o Banco poderia fortalecer não somente a atuação governamental, mas também a atuação da sociedade civil e das organizações de mulheres em particular, para facilitar o fortalecimento da perspectiva de gênero?

Que parâmetros de nivelamento de exigências os países precisam cumprir?

Diretrizes para uma política de gênero do NDB:

Inicialmente pensamos em determinar três tipos de diretrizes:

1. Diretrizes destinadas a fortalecer a presença de mulheres, e especialmente com formação em economia feminista e/ou nas categorias de gênero, para compor o staff do Banco.
2. Diretrizes de políticas públicas de gênero em relação aos países BRICS (e posteriormente para os países de atuação do Banco) que busquem a prevenção das múltiplas violências – econômicas, sociais e institucionais – contra as mulheres e o avanço dessas sociedades na superação das desigualdades de gênero.
3. Diretrizes que fortaleçam a sociedade civil e, especialmente, as organizações de mulheres em termos de gênero nos países BRICS e nas sociedades com projetos financiados pelo Banco.

Várias são as tarefas que implicarão o desenvolvimento dessas diretrizes. O compromisso com elas certamente estará ligado à compreensão de que o NDB alcance sobre a necessidade de definir

⁸ https://elpais.com/elpais/2017/07/12/planeta_futuro/1499884497_743637.html - “Guía para mejorar la vida de mitad de la humanidad”.

o desenvolvimento com a inclusão das mulheres para que ele seja efetivamente sustentável. Não existe sustentabilidade, nem no tempo nem no espaço social, sem a incorporação das mulheres em sua diversidade de contribuições econômicas – sejam elas remuneradas ou não – como no amplamente estendido trabalho doméstico não remunerado nos países BRICS.

- Sabemos que o levantamento de dados das situações de profunda desigualdade em que vivem as mulheres nos países BRICS, dados que já estão disponíveis em alguns desses países, mas que precisam ser atualizados em outros, será tarefa inicial prioritária.
- Também será urgente realizar o levantamento dos compromissos dos diversos países com a normativa dos acordos internacionais vigentes (tais como a CEDAW, a Plataforma de Beijing, as convenções no marco da OIT, e outras) que o Banco precisará cumprir em todos os países de atuação, podendo ser aproveitados como condicionantes para o financiamento.
- Buscar experiências nos Bancos de Desenvolvimento nacionais, sejam elas positivas ou não. No caso do Brasil, conhecer a experiência do BNDES seria importante para subsidiar parâmetros de atuação. Isto tanto da normativa desses bancos e das necessidades do staff, como também para critérios de gênero na seleção de projetos a serem financiados, monitoramento dos impactos de gênero dos financiamentos realizados, salvaguardas para os créditos etc.
- Realizar um debate público sobre o entendimento do Banco sobre para que infraestrutura e qual desenvolvimento sustentável o NDB pretende alavancar recursos financeiros.
- Incorporar nas análises e na elaboração da normativa do NDB os estudos e avaliações de inúmeros casos de violações dos DDHH realizadas pelas empresas financiadas pelos Bancos Nacionais de Desenvolvimento e outros nos diversos países BRICS e demais países que possam vir a receber financiamento. No caso do Brasil, diversos estudos e denúncias têm sido divulgados, em casos paradigmáticos como os megaprojetos para a Copa

do Mundo de futebol ou na construção de usinas hidrelétricas como Santo Antônio – Jirau e especialmente em Belo Monte no Rio Xingú, e também em casos de apoio a empresas nacionais no exterior, como o caso de financiamento em Moçambique para infraestrutura do setor do agronegócio brasileiro, e outros casos.

- Incluir, durante o processo de seleção de projetos para financiamento, recomendações baseadas nos Relatórios periódicos dos países para cumprimento da CEDAW.

Também Relatórios de DDHH elaborados no caso do Brasil pela Plataforma de Direitos Humanos.

- Acompanhar os resultados do Grupo de Trabalho Intergovernamental para desenvolvimento e votação com Conselho de DH da ONU, de Tratado Vinculante das Nações Unidas para as Empresas Transnacionais e outras empresas em matéria de respeito dos Direitos Humanos.
- Desde a sociedade civil, globalmente tem sido construída uma Campanha contra a Impunidade das Corporações transnacionais (http://www.stopcorporateimpunity.org/?page_id=8435&lang=es), que é uma plataforma ampla para o seguimento, articulação e denúncia de violações de direitos realizadas pelas empresas, onde poderiam ser acompanhados os casos com financiamento do Banco.

Em suma, uma ampla gama de perguntas e propostas que podem guiar o trabalho comum para preparar a incidência dos movimentos de mulheres e feministas dos países BRICS sobre o NDB.

Setembro de 2017.

Realização:

Instituto EQUIT

Texto:

Graciela Rodriguez

Revisão:

Lucia Santalices

Projeto gráfico e diagramação:

Letra e Imagem Editora

Apoio:

